

**ILMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO
PERMANENTE DE LICITAÇÕES.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018/PMJ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2018/PMJ**

A empresa **VITA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 13.622.977/0001-92, com sede na Rua Iapó, 1567, Prado Velho, Cidade e Comarca de Curitiba/PR, CEP 80.215-223, representada neste ato por seu representante legal abaixo assinado vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria tempestivamente, apresentar:

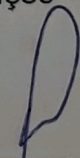
RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face do ato da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Município de Joaçaba/SC que julgou vencedora a proposta de preços apresentada pela empresa **ADSERVI – ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA**.

1

DOS FATOS

Por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, o Município de Joaçaba/SC promove a licitação sob a modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço mensal por item, visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais para atuarem junto a unidades escolares municipais de Joaçaba/SC.



Interessada em participar do certame em tela, a **VITA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, adquiriu o edital e compareceu à sessão de abertura, sendo julgada habilitada.

Compareceram à sessão de abertura de proposta comercial e documentos de habilitação as seguintes empresas: Master Clean Limpeza e Conservação, Khronos Serviços Especializados Ltda., Thiago Walter Vera, Mara Aparecida Fagundes, Liderança Limpeza e Conservação Ltda., S.M. Budniak & Cia Ltda., Solução em Gestão de Condomínios Ltda., Adservi Administradora de Serviços Ltda., Paulo Ercego, Ondrepsb – Limpeza e Serviços Especiais Ltda.

Aberto os envelopes com as propostas comerciais e após a fase de lances, a Douta Comissão de Licitação julgou vencedora do certame a proposta de preços elaborada pela empresa **ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA**.

Ocorre que o preço apresentado pela proponente **ADSERVI ADMINISTRADORA** (R\$ 24.750,00) claramente não cobre os custos mínimos de administração do contrato e certamente comprometem sua validade.

Ante a existência de vícios que acoimam a validade da proposta comercial ofertada pela proponente **ADSERVI ADMINISTRADORA**, impõe-se sua desclassificação do Pregão Presencial nº 13/2018/PMJ. É o que passa a se demonstrar nos tópicos sucessivos

2 DA ILEGALIDADE DO ATO QUE DECLAROU VENCEDORA DO CERTAME A EMPRESA ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA

O ato convocatório, ao editar regras voltadas ao acautelamento do interesse público a ser satisfeito pelo contrato que, adiante, decorrerá do certame licitatório em causa, fez inscrever inúmeras regras voltadas a aferir as condições subjetivas daqueles que se propuseram a ofertar propostas, de modo a satisfazer as exigências a serem enfrentadas para a consecução do objeto lícito.

Em relação à etapa de avaliação das propostas financeiras, o edital estabeleceu, em cumprimento ao postulado legal do julgamento objetivo, todos os requisitos e balizamentos necessários à elaboração das ofertas comerciais por parte das licitantes, assim como os critérios objetivos da avaliação das propostas, tudo com o filtro de obter a oferta mais vantajosa e resguardar a Administração de uma contratação desastrosa.

Assim foi que o ato de convocação que estabeleceu em seus anexos o orçamento estimado, o projeto, as composições de preços unitários em que a entidade licitante estava baseada, as planilhas detalhadas de orçamentação do objeto, os critérios de aceitabilidade de preços unitários e globais para o empreendimento em licitação.

O edital especificou, portanto, todos os parâmetros de julgamento objetivo das propostas das licitantes. E não poderia ser diferente, na medida em que a lei de licitações determina o processamento e julgamento do torneio licitatório com respeito aos *"... princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e de que lhes são correlatos"* (art. 3º, caput, da Lei 8.666/93).

Especialmente sobre a fase de julgamento da proposta, o estatuto das licitações e contratos administrativos é muito claro ao consignar que o exame das propostas será realizado segundo as diretrizes consagradas no ato convocatório e os preços correntes de mercado. Nesse sentido, merecem destaque os artigos 43, inciso IV e V, 44, caput e § 3º, e 48, incisos I e II, os quais assim encontram-se redigidos:

" Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

IV – verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente

registrados na ata de julgamento, promovendo a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V – julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constante do edital; “

“ Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta lei. (...) ”

§ 3º Não se admitirá propostas que apresentem preços global ou unitários simbólicos, irrisórios, ou de valor zero,

*incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório de licitação não tenha **estabelecido limites mínimos**, excesso quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade remuneração. (grifo nosso)*

“Art. 48. Serão desclassificadas

I – as propostas que não atendam as exigências do ato convocatório da licitação.

II – propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada a sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

Vê-se, das normas adrede transcritas, que a Lei de Licitações procurou, também visando encontrar a proposta mais vantajosa, resguardar a Administração de riscos de contratar licitante que haja desrespeitado não apenas os requisitos do ato convocatório como, sobretudo, que haja apresentado preço manifestamente inexequível, com custos de insumos

incoerentes com os de mercado e coeficientes de produtividade incompatíveis com a execução do objeto da contratação vindoura.

A disciplina legal em torno do exame do julgamento da proposta financeira objetivam, em breve síntese, impedir que o Poder Público venha, mesmo diante uma oferta comercial aparentemente dotada do menor valor, a contratar licitante que deixe de observar, na confecção dos seus preços, todas as condicionantes imprescindíveis para a apresentação de proposta hígida, é dizer, capaz de resultar na consecução do objeto lícitado.

Da análise do julgamento das propostas comerciais por essa Douta Comissão, percebe-se que Vossas Excelências concluíram que a proposta mais vantajosa, segundo o critério de menor preço mensal, foi ofertado pela proponente **ADSERVI ADMINISTRADORA**, entendendo que a mesma atendeu a todos os requisitos do ato convocatório.

Entretanto, da análise da documentação acostada pela **ADSERVI ADMINISTRADORA**, verifica-se que aquela empresa fez letra morta das determinações vazada no ato convocatório e da Lei 8.666/93. Isto porque encontra-se eivada de graves e insuperáveis vícios que vão desde inconsistência no preenchimento dos anexos previstos no instrumento convocatório até em não suportar custos mínimos para execução do objeto.

a) Do Preço inexequível que não suportam requisitos mínimos

Como visto, a Lei de Licitações procurou resguardar a Administração dos riscos de contratar licitante que tenha apresentado preço manifestamente inexequível.

Não foi sem razão que o referido instrumento convocatório estabeleceu que **“serão desclassificadas as propostas que não atenderem quaisquer das exigências deste edital** ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, bem como aquelas que consignarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, **manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com o objeto da licitação**, e ainda, àquelas que consignarem vantagens não previstas ou baseadas em oferta das demais licitantes.

Sobre o preço inviável ou inexecutável, alerta Jessé Torres:

“ Preço inviável é aquele que sequer cobre os custos do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que a empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preços abaixo de custo, o que levaria a arcar com prejuízos se saísse vencedora do certame, adjudicando-lhe-se o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegítimamente, inclusive asfixiando competidores de menor porte.” (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administração Pública. P. 559).

Registra-se, ainda, a posição de Hely Lopes Meirelles:

“... é discutível a legalidade da proposta gratuita, no todo ou em parte, porque, salvo motivação relevante, pressupõe a existência de interesses escusos, a que o princípio da moralidade administrativa se opõe veementemente” (Estudos e Pareceres de Direito Público, RT, São Paulo, vol. 3, p. 95).

Estabeleceu ainda o instrumento convocatório em seu item 5.1.2.4 os seguintes limites:

5.1.2.4. A composição dos preços deverá observar os seguintes limites:

Montante “A” – Encargos Sociais:

- Limite mínimo: 81,50% sobre a remuneração do profissional
- Limite máximo: 86,50% sobre a remuneração do profissional

Ocorre que, a despeito do disposto no instrumento convocatório, a empresa ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA. ofereceu sua

proposta final (R\$ 24.750,00), sendo este valor manifestamente inexecutável conforme veremos:

Em breve síntese, temos os seguintes valores a título de composição de preços:

- Salário previsto na Convenção Coletiva do SEAC/SC para jornada de 30 horas semanais – R\$ 908,18,
- Insalubridade de 20% previsto na Convenção Coletiva do SEAC/SC – R\$ 181,64,
- Encargos Sociais apresentado pela proponente ADSERVI – 81,56%
- Vale alimentação previsto na Convenção Coletiva do SEAC/SC – R\$ 286,62
- Imposto sobre o faturamento (PIS = 1,65%, COFINS = 7,60% e ISS = 3,00% - Total = 12,25%)
- Número de funcionários = 10 auxiliares de serviços gerais.

Com base nestas informações chega-se a conclusão que o valor de R\$ 24.750,00 não cobre os custos da proponente, vejamos:

Salário + Insalubridade = R\$ 1.089,82

Encargos Sociais = R\$ 888,86

Total da remuneração = R\$ 1.978,68 por funcionário.

Vale alimentação = R\$ 286,62 por funcionário.

Assim, temos:

Remuneração (Salário + Enc. Sociais) = R\$ 1.978,68 x 10 funcionários = **R\$ 19.786,80**

Vale alimentação = R\$ 286,62 x 10 funcionários = **R\$ 2.866,20**

Subtotal = Remuneração (Salário + Encargos Sociais) + Vale alimentação = R\$ 19.786,80 + R\$ 2.866,20 = **R\$ 22.653,00**

Impostos de 12,25% (COFINS 7,60%, PIS 1,65%, ISS 3,00%) = R\$ 3.162,38.

Total mensal para 10 funcionários = R\$ 22.653,00 + R\$ 3.162,38
= R\$ 25.815,40.

Destarte, sem considerar os custos com vale transporte, uniforme, equipamentos, veículos, limpeza em altura semestralmente, despesas administrativas e lucro (BDI), itens obrigatórios previstos em edital, o valor proposto pela ADSERV ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS – R\$ 24.750,00, não é suficiente para a honrar com seus compromissos.

Fica claro que o valor é inexecutável, ou seja, não considerando os itens acima informado, vale transporte, uniforme, equipamentos, veículos, limpeza em altura semestralmente, despesas administrativas e lucro (BDI) a proponente teria um prejuízo mensal de R\$ 1.065,40. Este prejuízo ainda torna-se maior se considerar equipamentos, veículos, uniformes, epis etc.

Percebe-se aqui que o vício da oferta financeira elaborada pela recorrida é substancial e lesivo aos interesses da Administração Pública. A entidade contratante não terá a segurança de recebimento do objeto contratado pelo preço proposto pela licitante.

É patente a impossibilidade de assunção das obrigações contratuais por preço zero por explícita violação à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, nos artigos 44, § 3º e 48, II, já citados *supra*.

Como assinala Marça Justen Filho, a contratação avençada por valor insuficiente acarretará a elevação dos custos administrativos de gerenciamento do contrato. Logo, as vantagens obtidas pela Administração poderão ser meramente aparentes, uma vez que certamente se deparará com problemas muitos sérios no pertinente à execução do contrato. (JUSTEN

FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. p. 603).

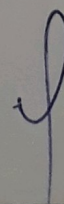
Isto porque, na busca pela satisfação do interesse público deve-se ter em mente, além da oferta mais vantajosa do ponto de vista da economia dos recursos públicos, preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. O encargo não suportado pelo particular contratado certamente resultará em consequências desastrosas para o interesse público pela não satisfação do objeto almejado.

De fato, outra alternativa não resta a Vossas Senhorias que não desclassificar a empresa **ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS**, pois conforme mencionado, a prática de falsear a proposta comercial com preços inexequíveis apenas para tentar sagrar-se vencedor do certame acarreta em severos prejuízos para o Poder Público, uma vez que a futura contratada não suportará seus custos bem como executar a contento a avença, gerando, provavelmente o descumprimento das obrigações assumidas e a má execução do objeto do presente certame.

Por todo o exposto, pugna pela imediata desclassificação da proponente **ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS**, apartando-a definitivamente do certame.

3 – DA CONCLUSÃO:

Em face do vício encontrado e devidamente demonstrado ao longo do presente recurso, no qual demonstra nitidamente que a proposta comercial apresentada pela proponente **ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS** é manifestamente inexequível e incompatível. Não há, portanto, como pleitear a classificação da proposta em face da proponente não conseguir suportar seus custos no transcorrer do contrato.



Desta forma, resta devidamente comprovada a impossibilidade de desrespeitar o edital para perdoar os vícios constantes da proposta comercial da recorrida, em respeito aos princípios da vinculação ao edital, da legalidade, da moralidade e da igualdade.

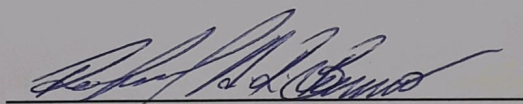
Diante do exposto, requer seja recebido o presente recurso e no mérito:

- a) Seja **DESCCLASSIFICADA** a proposta da empresa **ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS** por todos os fatos e fundamentos acima expostos;

Na seqüência seja dado andamento ao procedimento licitatório conforme reza o edital.

Nesses termos pede e espera deferimento.

De Curitiba/PR para Joaçaba/SC, 19 de março de 2.018.



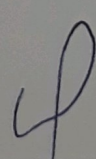
VITA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – ME

CNPJ: 13.622.977/0001-62

RAFAEL AUGUSTO DA ROCHA BUENO

REPRESENTANTE LEGAL CREDENCIADO

Vita Serviços Terceirizados Ltda.
CNPJ 13.622.977/0001-92
R. Iapó, 1567 - P. Velho-Curitiba-PR
Tel: 41 3029-5551



VITA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

Certifico que o selo de autenticidade de atos foi afixado na última folha deste documento.

PROCURAÇÃO

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.
05 MAR 2018
FATIMA DE
ESCREVENTE
DISTRITO DO
CURITIBA

OUTORGANTE: VITA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 13.622.977/0001-92, com endereço a Rua Iapó, nº 1567, Bairro Prado Velho, Município de Curitiba, Estado do Paraná, Cep: 80.215-223, representado por sua sócia Administradora Sr(a). Tânia Waleska Valério Lisot - brasileira, solteira, empresária, portadora da CIRG. nº 1.260.488-SSP/PR e do CPF (MF) nº 253.811.059-91.

OUTORGADO: Rafael Augusto da Rocha Bueno, brasileiro, solteiro, administrador, portador da CIRG nº 5.990.694-1 Órgão Expedidor SSP/PR e do CPF (MF) nº 041.785.229-06, domiciliado no endereço comercial à Rua Iapó, nº 1567, Bairro Prado Velho, Município de Curitiba, Estado do Paraná, Cep: 80.215-223

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia o outorgado acima, conferindo-lhe amplos poderes para **ADMINISTRAR e GERENCIAR a OUTORGANTE** perante a clientes, fornecedores, seja na esfera pública ou privada, órgãos da administração pública, estadual, municipal, federal, seja da administração direta ou indireta, autarquias, Instituto nacional de Previdência Social (INSS), Sindicatos (Patronal e Laboral), particulares e terceiros, instituições financeiras e/ou cooperativas de crédito, podendo abrir, encerrar, movimentar, tirar extratos, fazer pagamentos, transferências, TED, DOC, empréstimos, financiamentos, aplicações e resgates, efetuar cadastramento/inscrição e alteração, solicitar, assinar e retirar certidões, senha web, firmar acordos, parcelamentos e todo qualquer ato negocial), conselho regional de classe (CRA, CREA, CRC, CRQ, CRN, OAB), requerer inscrição, registro de atestados e acervos técnicos), Ministério do Trabalho e Emprego - M.T.E, CDN'S em geral, processos administrativos, alvará de funcionamento, levantamento e verificação de débitos em qualquer órgão de esfera municipal, estadual, federal, etc, prestar informações e declarações, retificar informações e declarações, participar de licitações públicas em qualquer modalidade, apresentar propostas,

VITA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

(41) 3029-5551

comercial@vitaservicos.com.br

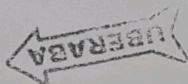
Rua Iapó, 1567 - Curitiba/PR

declarações, assinar atas, recursos, firmar contratos, realizar vistorias técnicas, assinar boletins de medição, relatórios em geral, etc., apresentar lances verbais em pregão eletrônico e presencial e demais modalidades licitatórias, enfim, podendo praticar todos os atos necessários para representar a OUTORGANTE perante aos órgãos citados, podendo **INCLUSIVE SUBSTABELECE**R.

Esta procuração tem validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

Curitiba/PR, 17 de novembro de 2.017.

Lisot



VITA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Tânia Waleska Valério Lisot – Sócia Administradora

RG: 1.260.488-SSP/PR

CPF: 253.811.059-91

Vita Serviços Terceirizados Ltda.
CNPJ 13.622.977/0001-92
R. Iapó, 1567 - P. Velho-Curitiba-PR
Tel: 41 3029-5551

MARILENE VARCHAKI
Escritora

ADRIANA DE
FATIMA DA SILVA
Escritora

ATENTICAÇÃO
Certifico que a presente fotocópia é
reprodução fiel do documento original
que me foi apresentado. Dou fé.
CURITIBA, 17 de novembro de 2017.

05 MAR 2018

ELIANE BASSI
Escritora
Avenida Senador Salgado Filho, 2368 - Curitiba - PR

Cartório Distrital de Uberaba
Avenida Senador Salgado Filho, 2368 - Guabirotuba - Curitiba - PR - Tel: (41) 3371-2100 - Fax (41) 3371-2101
SELO: XCWXYJ:7UKK9:8nyU7 - KJmM.6KLT
Consulte o selo em <http://funarpen.com.br>

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de: **TANIA WALESKA VALERIO**
LISOT, do que dou fé.

Em test. da Verdade. Curitiba, 12 de janeiro de 2018.

00441221(001-001250528)
site: <http://www.cartoriouberaba.com.br/> e-mail: cartorio@cartoriouberaba.com.br



Lisot

VITA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

(41) 3029-5551

comercial@vitaservicos.com.br

Rua Iapó, 1567 - Curitiba/PR

vitaservicos.com.br